

De: noreply@ar.parlamento.pt [mailto:noreply@ar.parlamento.pt]

Enviada: sexta-feira, 7 de julho de 2017 17:41

Para: DAC Correio <DAC.Correio@ar.parlamento.pt>

Assunto: Apreciação Pública do(a) Projeto Lei Nº 534/XIII

Contributo para a Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 534/XIII

Diploma:	Projeto Lei
N.º:	534/XIII
Identificação do sujeito ou entidade:	SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Sul e Regiões Autónomas
Morada ou Sede:	Rua Cidade de Liverpool, nº 16, pisos 01/1
Local:	Lisboa
Código Postal:	1170-097 Lisboa
Endereço Eletrónico:	sitecsra@mail.sitepac.pt
Texto do Contributo:	O SITE/CSRA subscreve o parecer emitido pela CGTP-IN, que se anexa.
Data:	07-07-2017 17:41:01

Apreciação do Projecto de Lei n.º 534/XIII (2.ª) – Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo, concretizando as recomendações do “grupo de trabalho para a preparação de um plano nacional de combate à precariedade”

Apreciação

A apreciação do Projecto de Lei n.º 534/XIII (2.ª) apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que visa alterar o regime jurídico aplicável à contratação a termo, suscita à CGTP-IN a seguinte apreciação.

O combate à precariedade de contratos de trabalho, desde os famigerados contratos de trabalho eventual, existentes antes do 25 de Abril, aos seus sucessores contratos de trabalho a prazo, é um combate de sempre dos trabalhadores e dos sindicatos da CGTP-IN, uma das suas principais reivindicações.

Nestes termos, a CGTP acolhe qualquer iniciativa que integre este combate nos seus propósitos ou, no caso concreto, que vise a redução da discricionariedade que se verifica na utilização desta modalidade contratual, pelas entidades patronais, que têm generalizado a sua utilização com grande prejuízo de todos os trabalhadores.

Assim, e porque coincide também com as reivindicações que temos vindo a apresentar ao longo do tempo, salientamos a proposta de reformulação do artigo 140.º do Código do Trabalho, na medida em que determina que a regulamentação deste regime jurídico através de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, não possa fazer-se à margem da exigência de satisfação de necessidades temporárias das empresas.

De referir também a proposta de alteração do artigo 140.º n.º 4 al. a), limitando o acesso à contratação a termo quando do lançamento de nova actividade de duração incerta ou início de laboração de empresa, às empresas com mais de 10 trabalhadores. Neste caso, não sendo o ideal, a proposta melhora o regime actual, na medida em que veda aos grandes investimentos a possibilidade de utilização indiscriminada, abusiva e injustificada de contratos a termo.

Já a proposta de revogação da alínea b) do n.º 4 do artigo 140.º, relativa à contratação para primeiro emprego ou desempregado de longa duração, recebe a total concordância da CGTP-IN, na medida em que, tratando-se de trabalhadores em situação já de si frágil, o regime actual condena-os a uma

precariedade laboral, para esta central inaceitável, e que estigmatiza os trabalhadores nesta situação.

Por fim, e por estar em linha com a acção reivindicativa da CGTP-IN, a proposta de introdução de um novo n.º 2 no artigo 149.º garantindo que, mesmo em caso de acordo pela não renovação, em caso algum possa ser afastado o direito do trabalhador ao recebimento da compensação prevista para a cessação do contrato a termo, merece também o acolhimento desta central.

Lisboa, 7 de Julho de 2017